

TEMPO LIVRE E TRABALHO: O CASO DOS VIGILANTES DA UNICAMP

Recebido em: 09/01/2014

Aceito em: 10/11/2014

*Bruno Modesto Silvestre*¹

*Silvia Cristina Franco Amaral*²

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Campinas – SP – Brasil

RESUMO: O artigo é fruto de análises das diferenças e as semelhanças existentes no tempo livre de trabalho e na fruição do lazer entre os trabalhadores da vigilância, servidores públicos e terceirizados da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Para o desenvolvimento do estudo, coletamos dados sobre as jornadas de trabalho semanal e remuneração mensal desses trabalhadores. Também aplicamos o orçamento-tempo (DUMAZEDIER, 1979; SZALAI, 1972), objetivando conhecer as atividades desenvolvidas ao longo de uma semana pelas duas categorias de vigilantes. Pode-se afirmar, a partir dos resultados obtidos, que o tempo livre de trabalho dos terceirizados é muito menor do que o dos servidores públicos, porém a fruição do lazer apresenta elementos semelhantes.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Trabalho. Serviços Terceirizados.

FREE TIME AND WORK: THE CASE OF THE GUARDS OF UNICAMP

ABSTRACT: This article is the analysis of the differences and similarities in the free time (in relation a work time) and leisure options of the campus guards, both public employees and outsourced, at State University of Campinas. For the study we collected data on the weekly work hours and monthly remuneration. We also applied the time-budget (DUMAZEDIER, 1979; SZALAI, 1972), seeking information about the activities developed throughout the week by the two guards categories. The data's show that the outsourced guards have much less free time than the public employees, however the leisure options presents similar elements.

KEYWORDS: Leisure Activities. Work. Outsourced Services.

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer.

² Docente da Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação Física. Coordenadora do Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Lazer.

Introdução

Buscamos neste estudo entender se o processo de reestruturação produtiva, que teve como um de seus desdobramentos a terceirização da força de trabalho, afetou a relação do trabalhador com o seu tempo livre de trabalho. Para Alves (2000), o processo de reestruturação produtiva não afetou apenas de forma objetiva a relação da classe trabalhadora com o trabalho moderno, mas também a sua própria subjetividade, sua consciência de classe e as relações envolvidas neste processo.

Percorremos este caminho por meio da análise das diferenças no tempo livre de trabalho e na fruição do lazer dos trabalhadores da vigilância da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Escolhemos esta categoria de trabalhadores, pois nela encontramos as duas formas de contratação – servidores públicos e terceirizados –, em muitos casos, ocupando a mesma função.

As referências que usamos suscitam questões sobre como se dá a articulação entre neoliberalismo, reestruturação e terceirização. Como as atividades de lazer dependem das condições materiais e objetivas (MASCARENHAS, 2003), entender o processo de mutação do mundo do trabalho é fundamental para o entendimento das relações no tempo livre de trabalho e na fruição do lazer.

A metodologia utilizada foi a aplicação do orçamento-tempo (DUMAZEDIER, 1979; SZALAI, 1972), no qual os trabalhadores relataram a cada hora, ao longo de sete dias, quais atividades desenvolveram em seu cotidiano. Além disso, aplicamos um questionário com perguntas socioeconômicas, a fim de obter maiores informações sobre a realidade de cada trabalhador. Por fim, este estudo obteve o consentimento dos indivíduos participantes através do consentimento livre esclarecido, assim como, a aprovação pelo comitê de ética da instituição responsável.

Mundo do Trabalho

O trabalho, antes de tudo, é imanente ao ser humano. A sociedade humana tem como base principal de sustentação o trabalho. É através do trabalho que o ser humano, desde seu surgimento, se apropria da natureza e a transforma. “Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (MARX, 2013, p.255.). Trabalho aqui não pode ser confundido com trabalho remunerado, emprego, mas deve ser entendido como a ação do ser humano para criar melhores condições para sua existência. Assim, produção da cultura, socialização e lazer são formas que esta transformação assume.

O fato do ser humano se apropriar e transformar a natureza não é o que lhe garante uma diferença para as outras espécies animais. Isso porque todas as espécies de animais se apropriam e a transformam, de uma forma ou de outra, para garantir a sua sobrevivência. O que distingue o homem dos outros animais é o planejamento da ação, é sua ação intencional sobre a natureza. Para Marx, nessa ação intencional sobre a natureza se manifestam três elementos fundamentais: o projeto, a execução e o produto.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, pp.255-256).

Apesar de o trabalho ser imanente ao ser humano, assumiu diversas feições históricas, sendo que, em cada período, manifestou determinadas caracterizações. Na Antiguidade, o trabalho era realizado pelos escravos, no Feudalismo, pelos servos. Por essa realidade, trabalho era entendido como castigo. Não é de se estranhar que, segundo Chauí (1999), a palavra latina que origina o vocábulo trabalho é *tripalium*, um

instrumento de tortura utilizado para castigar escravos, e a palavra labor significa esforço penoso, dobrar-se sob o peso de uma carga, dor, sofrimento, pena e fadiga.

A partir da revolução burguesa, o trabalho, assim como o seu produto, passa a ser entendido tão somente como uma mercadoria³. Em uma sociedade dividida em classes, em que a classe burguesa detém os meios de produção, resta à classe trabalhadora vender a sua força de trabalho. A partir deste momento do texto, quando nos referirmos a trabalho, estaremos fazendo relação à forma que este assumiu a partir da ascensão do Capitalismo.

O modo de produção capitalista pode ser caracterizado como a “sociedade das mercadorias”, pois, em decorrência de um processo histórico de amplo marco temporal, nessa ordem social, o trabalho humano é, fundamentalmente, produtor de mercadorias, assim como o próprio trabalho é uma mercadoria (HUNGARO, 2008, p. 106).

A venda de mercadorias no sistema capitalista, além de satisfazer as necessidades humanas, tem como objetivo garantir o anseio capitalista de acumulação de capital. A mercadoria que corresponde às necessidades humanas tem o seu valor de uso, ou seja, a sua utilidade.

A satisfação das necessidades do ser humano, para Marx (2013), parte da apropriação da natureza, se distinguindo entre trabalho abstrato e trabalho concreto. O trabalho concreto é aquele que cria o valor de uso e o trabalho abstrato, o que cria o valor de troca.

A distinção entre essas dimensões do trabalho é importante na medida em que, na sociedade capitalista, o valor de uso perde espaço diante de uma supervalorização do valor de troca. É importante lembrar que o valor de uso da força de trabalho – que é uma mercadoria no processo de produção capitalista – está alienado ao seu comprador, o capitalista. Nesse sentido, o valor de uso da força de trabalho também se submete ao seu valor de troca,

³ "A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades - se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação - não altera em nada a questão." (MARX, 2013, p.113).

possibilitando ao capitalista a extração da mais-valia (PADILHA, 2000, p.30).

Para Marx, na sociedade capitalista o trabalho do ser humano é estranhado. O estranhamento se concretiza na experiência de um indivíduo ou grupo que se torna ou permanece alheio, estranho aos resultados da própria atividade que realiza, que não se reconhece naquilo que ele mesmo produz, estranho, portanto, à sua própria existência enquanto trabalhador e enquanto ser pensante. “O trabalho estranhado faz, por conseguinte: [...]do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana.” (MARX, 2004, p.85).

O trabalhador vive apenas em função de suas necessidades mais básicas de se manter vivo. Nessa linha, segundo Antunes (2002, p.20), o capital operou “o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio”. Para Mészáros, o sistema de metabolismo social do capital é incontrolável e a sua lógica destrutiva se aprofunda cada vez mais. Essa lógica deu origem a uma das “tendências mais importantes do modo de produção capitalista, que Mészáros denomina *taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas*” (ANTUNES 2002, p. 25).

Essa tendência vem se intensificando no ciclo de reprodução do capital. Como consequência dessa lógica, novas formas de produção são engendradas para garantir o lucro do capitalista em detrimento da classe trabalhadora. A reestruturação produtiva que se iniciou no período pós-guerra é uma das respostas do capital para manter suas taxas de acumulação.

Durante praticamente todo o século XX, principalmente a partir da segunda década, o binômio conhecido como Taylorismo/Fordismo se consolidou como expressão dominante no sistema produtivo que vigorou em toda a grande indústria. O modo de gerenciamento Fordista e a organização científica proposta por Taylor foram as formas mais refinadas e avançadas de racionalização do trabalho até os seus sinais de esgotamento nas décadas de 1960 e 70.

Em Taylor (1987), podemos encontrar as principais propostas organizativas desse sistema. Em contraposição à contratação do contramestre único para supervisão da produção, Taylor propunha a estruturação de todo o corpo de gerência, sendo esses responsáveis por todos os acontecimentos no interior da fábrica. Desse modo, a gerência teria o papel de reunir “todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmula, grandemente úteis ao operário para a execução do seu trabalho diário” (TAYLOR, 1970, p.49). Esse método de racionalização contava ainda com a especialização extrema de todas as funções. O trabalhador mais qualificado e experiente da planta de produção era selecionado – Estudo do Tempo – para que seus movimentos pudessem ser quantificados, o resultado dessa análise era padronizado e passado aos demais trabalhadores como normas a serem seguidas. Essa característica fez com que cada vez mais, segundo Pinto (2007), trabalhadores menos qualificados pudessem ser alocados nestes postos de trabalho.

O sistema conhecido como fordismo foi desenvolvido em um momento onde a produção racionalizada de Taylor já estava operante em uma parcela importante da indústria Estadunidense. Podemos listar dois pontos centrais para a caracterização do fordismo: a massificação da produção e o sistema de linha de montagem. A célebre

frase de Henry Ford, “você pode escolher a cor de carro que quiser, desde que ele seja preto”, expressa muito bem a massificação da produção, já que os modelos e as opções são reduzidos para que haja uma maior facilidade no processo produtivo.

A ideia básica era a seguinte: padronizando os produtos e fabricando-os numa escala imensa, da ordem de centenas ou milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzidos e contrabalanceados pelo aumento do consumo, proporcionado, por sua vez, pela elevação da renda em vista dos melhores salários que poderiam ser pagos em função do aumento das vendas e, portanto, dos lucros empresariais (PINTO, 2007, p.41).

A linha de montagem automatizada também garantiu maior velocidade na produção, com uma esteira levando da matéria prima ao produto final, e os trabalhadores dispostos ao longo dessa linha, desenvolvendo cada um a sua tarefa.

Por consequência dessa lógica de produção, o tempo livre de trabalho também passou a ser pensado e quantificado para aumentar a produtividade dos operários durante as suas jornadas, intensificando assim o controle sobre a vida dos trabalhadores - como veremos mais a frente.

Após o período citado acima, de grande acumulação de capitais (ANTUNES, 2002), o Capitalismo começa a dar sinais de um quadro crítico. Uma das causas desse fenômeno foi o esgotamento do padrão taylorista/fordista de reprodução do capital, que obteve como resposta a reorganização do sistema ideológico e político de dominação. A expressão disso é sintetizada pelo Neoliberalismo, que acarretou diversas formas de retirada de direitos dos trabalhadores.

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho; desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços, aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha (ANTUNES, 2002 p. 53).

Podemos dizer que a política Neoliberal é constituída por privatização, abertura comercial e financeira e desregulamentação do mercado de trabalho (BOITO JUNIOR,

1999). Sendo levada a frente inicialmente pelos Governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos (ANTUNES, 2002), essas políticas levaram à desresponsabilização do Estado para com os direitos sociais e o desmonte do serviço público. Como forma de aumentar a taxa de acumulação capitalista, o chamado Consenso de Washington serviu como forma de alastrar o Neoliberalismo para todo um conjunto de países⁴.

Segundo Boito Jr (1999), a precarização dos direitos sociais foi mais agressiva nos países periféricos e mais gradativa naqueles lugares em que o *Welfare State* esteve mais consolidado, além de também ser mais gradativo nos países onde os movimentos dos trabalhadores estavam mais organizados, “na periferia, a política neoliberal encontrou pela frente um sistema de proteção social menos desenvolvido e pôde avançar muito mais do que lograra fazer no centro do sistema” (BOITO JUNIOR, 1999, p. 37).

Para além disso, seguiu-se também um intenso processo de reestruturação da produção, que alterou de forma substancial a relação da classe que vive do trabalho com o mundo a sua volta.

Após as décadas de ouro do Fordismo/Taylorismo, os movimentos operários deflagraram grandes processos de luta que contestavam a ordem estabelecida, o processo produtivo e a perda do seu *savoir-faire*. Os trabalhadores não estavam dispostos “a perder sua vida para ganhá-la: a trocar o trabalho e uma existência desprovida de sentido pelo simples crescimento de seu poder de compra, privando-se de ser por um excedente de ter.” (BIHR, 1998, p. 64). Ou seja, não estavam dispostos a se submeter aos compromissos impostos pelo Fordismo, que foram assumidos pela geração anterior.

⁴ A primeira experiência do Neoliberalismo na América Latina se deu no Chile a partir da Ditadura de Pinochet. No Brasil há quadros que caracterizam políticas Neoliberais a partir do Governo Fernando Collor de Melo.

Com o refluxo das lutas operárias e sua falta de sucesso na transformação da sociabilidade do capital, as portas ficaram abertas para a reorganização política e econômica.

Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas dos Taylorismo e do Fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência (BERNARDO, 1996, p. 20).

Sendo assim, o Capitalismo conseguiu se apropriar da subjetividade da classe trabalhadora (ALVES, 2000), e é dentro dessa lógica de polivalência e apropriação do intelecto da classe trabalhadora que se desenvolve o sistema de produção conhecido como Toyotismo, ou sistema de Ohno, que foi gestado no Japão, no período pós-guerra e implementado na Fábrica da Toyota, por seu idealizador Kiichiro Toyoda. Ao contrário do Taylorismo, que fragmentava as atividades complexas em operações simples, especializando o trabalhador em uma função específica, o Toyotismo procurou desenvolver a desespecialização e, “ao exigir de todos os trabalhadores a polivalência, desautorizou o poder de negociação detido pelos mais qualificados, obtendo por essa via o aumento do controle e a intensificação do trabalho.” (PINTO, 2007, p.77).

A terceirização do trabalho tem sido característica das economias capitalistas desde o final da década de 1970, entretanto, há diferenças importantes entre os países que adotam essa forma de contratação.

Nos países desenvolvidos, a terceirização resulta da opção patronal pelo ganho na produtividade. “A partir da adoção de novos meios de gestão da mão de obra e incorporação tecnológica, o processo produtivo passou a ser compartilhado de forma crescente por um conjunto de diversas empresas que subcontratam seus empregados” (POCHMANN, 2012, p. 109). Não há necessariamente precarização dos contratos de

trabalho, diferente dos países subdesenvolvidos, onde o principal motivo da terceirização, segundo Pochmann (2012), é a redução do custo do trabalho, tendo como consequência, condições de trabalho mais precárias em comparação com as existentes anteriormente.

No Brasil, nos últimos vinte anos, a terceirização ganhou uma centralidade em todas as esferas do mundo do trabalho, sendo um recurso estratégico para a redução de custos e consequente aumento dos lucros, trazendo para o trabalhador implicações como a não garantia de estabilidade e de acesso ao FGTS, ao 13º salário, às férias, e como maior rotatividade, menor remuneração, maior dificuldade da organização sindical.

Analisando a bibliografia sobre terceirização, podemos identificar que ela é estudada por no mínimo três áreas: Ciências Sociais, Direito e Administração. Optamos, neste trabalho, por utilizar as referências da área das ciências sociais.

Sendo assim, o conceito que utilizaremos será o de Marcelino (2008, p.41), que escreve que, “terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho. Ou seja, é a relação onde o trabalho é realizado para uma empresa, mas contratado de maneira imediata por outra.”.

Dentro da Universidade Estadual de Campinas, a lógica da terceirização, desde a década de 1990, está operante. O relatório anual da Funcamp (2012) nos mostra que o número de trabalhadores em regime CLT contratados pela fundação chega a 5079, ao mesmo tempo, o número de servidores públicos não docentes da Unicamp caiu de **8199**, em 1998, para **7994**, em 2011 (UNICAMP, 2012, p. 191), sendo que o número de estudantes nos níveis de graduação e pós-graduação subiu de **21569**, em 1998, para

44119, em 2011 (UNICAMP, 2012, p.33.). Ou seja, a força de trabalho necessária para o funcionamento da Universidade passa por um intenso processo de terceirização.

Tempo livre de trabalho e lazer

Iniciamos este trabalho com a análise do mundo do trabalho, pois foi a partir do momento em que o trabalho foi racionalizado que passamos a encontrar uma dicotomia entre ele e a diversão, o lúdico e o sagrado, cabendo ao tempo livre de trabalho todas essas funções, “fazendo surgir uma das características centrais da vida moderna que possibilitam a emergência do lazer: a existência de um tempo de trabalho e de um tempo livre de trabalho visivelmente diferentes entre si” (MARCASSA, 2003).

Foi o desenvolvimento do trabalho industrial capitalista que separou o tempo e o espaço para trabalho e lazer. Os trabalhadores da indústria perderam não só a autonomia da criação, mas também o controle sobre seu tempo. Talvez o símbolo da revolução industrial tenha sido menos a máquina a vapor e mais o relógio e a imposição do tempo da máquina (PADILHA, 2008, p. 29).

Assim como as mutações que envolveram o mundo do trabalho, ao longo da história, o tempo livre de trabalho também sofreu alterações, já que “trabalho e lazer formam um sistema em que o movimento de um afeta o movimento do outro” (PADILHA 2003, p. 244). Isso significa dizer que os usos do tempo e do espaço são fruto de uma construção histórica de imposição de uma maneira de se agir e pensar (HARVEY, 1993).

Segundo Thompson (1998), existe uma relação intrínseca entre as diferentes situações de trabalho e as diferentes noções de tempo. O tempo livre, no período anterior à revolução industrial, não era condicionado ao tempo de trabalho, já que era o próprio trabalhador que determinava seus afazeres. Para o autor, tal relação poderia

mesmo ser mensurada pelo cozimento de um ovo, ou por qualquer relação do homem com o meio que o cercava:

O momento de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua via produtiva. (O padrão persiste ainda hoje entre os autônomos – artistas, escritores, pequenos agricultores e talvez até estudantes – e propõe a questão de saber se não é um ritmo “natural” de trabalho humano) (THOMPSON, 1998, p.282.).

No entanto, com o advento da maquinaria e da indústria, o mestre de oficina, camponeses e todas as classes sociais que não detinham os meios de produção foram incorporados ao processo produtivo; sendo assim, a burguesia tomou para si a força de trabalho alheia e também o conhecimento técnico e o gerenciamento da produção. Além disso, “impôs à classe trabalhadora a noção de ‘tempo útil’, fazendo com que cada trabalhador introjetasse valores necessários ao desenvolvimento e manutenção do capitalismo: autodisciplina, autocontrole, crítica à ociosidade.”. (DE DECCA, 1988 *apud* PADILHA, 2003, p. 245).

Os elementos colocados por Thompson (1998) corroboram com a ideia acima ao mesmo tempo em que nos trazem a discussão sobre o relógio enquanto artefato divisor de águas para o Capitalismo industrial. No início do processo da revolução industrial, o relógio era um instrumento de alto valor, restrito aos patrões, ou seja, o registro do tempo ficava restrito às classes dominantes. Com o advento do relógio de bolso, mais barato, portanto de maior acessibilidade, a mensuração do tempo se alastrou para os moldes atuais para toda a sociedade, colaborando assim para a sincronização do tempo exigida pela indústria moderna. Ainda para Thompson, “na verdade (como seria de esperar), ocorria uma difusão geral de relógios portáteis e não portáteis no exato momento em que a revolução industrial requeria maior sincronização do trabalho.” (1998, p.279).

Além deste elemento específico, dois processos foram essenciais para a transformação do gerenciamento do tempo: a rigidez com o controle do tempo e a égide de que tempo é igual a dinheiro.

O primeiro, a rigidez com a disciplina, foi um artifício usado contra toda a classe trabalhadora, que agiu desde a proibição da Santa Segunda-Feira⁵ a ofensivas ideológicas nas escolas e ao próprio surgimento do protestantismo, que em sua concepção tratava a “perda de tempo” como um pecado, já que era algo irrecuperável.

Elevar a categoria de tempo a algo que é passível de remuneração, a partir da venda da força de trabalho, como colocado, foi central para a consolidação do Capitalismo. “Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’.” (THOMPSON, 1998, p.298).

[...] pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes, formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo. A mudança levou às vezes várias gerações para se concretizar, sendo possível duvidar até que ponto foi plenamente realizada: ritmos de trabalho foram perpetuados (e até institucionalizados).” (Thompson, 1998, p. 298).

O desenvolvimento da revolução industrial e o surgimento de novas formas de gerenciamento do processo produtivo, como o binômio Taylorismo/Fordismo, alteraram a relação do trabalhador com o tempo de trabalho, e, na mesma lógica, o tempo livre também se alterou. Essas alterações aconteceram a partir da tentativa de controle, por parte do capital, das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, seja para garantir que

⁵ A Santa Segunda-Feira parece ter sido observada quase universalmente em todos os lugares em que existiam indústrias de pequena escala, domésticas e fora da fábrica. Essa tradição era geralmente encontrada nos poços das minas e às vezes continuava na manufatura e na indústria pesada. Perpetuou-se na Inglaterra até o século XIX – e, na verdade, até o século XX – por complexas razões econômicas e sociais. (THOMPSON, 1998, p.283).

as mesmas não fossem subversivas à ordem, ou mesmo para galgar maior produtividade no tempo de trabalho.

Podemos trazer exemplos claros da vontade de controle do tempo livre de trabalho a partir da análise de De Grazia (1978), sobre a criação do *dopolavoro* (depois do trabalho), na Itália fascista. Com a implementação do Taylorismo/Fordismo na produção, o Estado, em contrapartida à maior taxa de exploração, tentou organizar o tempo de lazer dos operários juntamente aos industriais. “O *dopolavoro* deveria ser aos lazers o que era a administração científica ao trabalho: ambos tendiam a maximizar a produtividade, um fora do trabalho, outro no espaço de trabalho.” (DE GRAZIA, 1978 *apud* PADILHA, 2008, p. 39).

No Brasil, a partir da década de 1930, é possível identificar a criação de centros de recreios⁶. Mas é a partir da década de 1970 que as atividades realizadas pelos trabalhadores no seu tempo livre de trabalho tiveram maior atenção do Estado. Esse interesse se expressou de diversas maneiras e se desdobrou em diversas políticas que permitiram maior controle sobre as atividades de lazer dos trabalhadores. Esse controle deveria garantir que as atividades desenvolvidas não fossem de encontro com a ordem estabelecida e que também colaborassem para a recuperação do trabalhador para que este tivesse um melhor desempenho no seu horário de trabalho. Nas palavras de Sant’Anna (1992, p.10) “o termo lazer torna-se mais amplamente utilizado para designar todo o uso do tempo livre que de algum modo pudesse ser útil economicamente e aceito pelos padrões morais instituídos”.

⁶ O lazer surge como solução para o reequilíbrio social e vai ganhando importância na medida em que se precisava orientar a apropriação do tempo livre no sentido de afastar a família moderna dos espaços e atividades susceptíveis à degeneração e imoralidade das horas de ócio indiscriminado. (MARCASSA, 2000 *apud* MASCARENHAS, 2003, p.23).

Entretanto, a partir da década de 1990, no Brasil, com a eleição de Collor em 1989 e também como parte da estratégia do Estado para a implementação do Neoliberalismo, “há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil.” (DAGNINO, 2004, p.96).

Se no período anterior ao processo de implementação do Neoliberalismo no Brasil, o lazer, segundo Mascarenhas (2004, p.80.), caracterizava-se como uma “antimercadoria”, tratado como um direito, junto aos conjuntos das políticas sociais e de responsabilidade do Estado como parte da estratégia da reprodução da força de trabalho, “tal fenômeno assume agora uma posição muito mais de subordinação real do que de subordinação formal ao capital.”

Seus antigos atributos ou valores de uso sociais, dentre os quais podemos citar o descanso, a diversão ou o desenvolvimento (Dumazedier, 1979), atrelados ou não a propósitos de cunho romântico, moralista, utilitarista ou compensatório (Marcellino, 1987), muito pouco ou nada valem no atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Em larga medida, cederam espaço ao “mercolazer”, do qual não se espera outra coisa senão a realização de um valor de troca, o “salto perigoso” em direção ao equivalente geral, momento final do giro do capital em que se resgata a mais-valia e se conferem os lucros, objetivo essencial da crescente e heterogênea indústria do lazer (MASCARENHAS, 2004, p.80).

Os processos de mutação no mundo do trabalho, como colocamos, intensificaram a exploração sobre a classe trabalhadora. Sendo assim, por mais que os processos históricos de luta tenham reduzido a jornada de trabalho, o número de tarefas desenvolvidas por apenas um trabalhador aumentou (ALVES, 2000).

A luta pela redução da jornada de trabalho é um dos principais pivôs das lutas operárias desde o início da revolução industrial, como podemos ver na obra “O Direito à Preguiça”, de Paul Lafargue, ou mesmo através das passagens escritas por Marx (2013).

Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre de domingo [...] é pura futilidade. Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. [...] O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho (MARX, 2013, pp.337-338.).

Neste cenário, entendemos que a simples redução da jornada de trabalho não interfere diretamente na fruição do lazer, como veremos mais adiante. Entretanto, é parte fundamental para escancarar as contradições existentes entre capital e trabalho. Além disso, concordamos com Bellefleur⁷ *apud Padilha* (2004), quando afirma que o tempo livre é condição necessária para o lazer, mas não suficiente. “A simples observação social mostra existência de indivíduos e de grupos dispendo de tempo dito livre e se mostrando impotentes para se dar uma vida de lazer por falta de meios de preenchê-lo” (PADILHA, 2004, p.150). Mas há também grupos que reinventam o cotidiano e recriam formas de viver o lazer.

Além desta faceta do lazer enquanto mercadoria, acreditamos que, assim como os demais aspectos da realidade, este é fruto de múltiplas determinações, carregando consigo diversas contradições. Uma das teses de Bellefleur é que o lazer não pode ser apreendido adequadamente se ele é visto como um microcosmo fechado sobre ele mesmo: “o lazer está inscrito numa abordagem global da estruturação do conjunto do comportamento humano do qual ele é uma mediação dentre outras, uma mediação

⁷ BELLEFLEUR, Michel. **Le loisir contemporain**. Essai de philosophie sociale, Québec: Presses de l'Université du Québec, 2002. (Collection Temps Libre et Culture).

suscetível de contribuir para o desenvolvimento da vida pessoal e coletiva” (BELLEFLEUR *apud* PADILHA, 2004, p.148.).

Nesse sentido, as contradições presentes na sociedade e por suposto, nas atividades de lazer, podem trazer consigo elementos para a própria superação desse modelo mercadológico de sociedade, do estranhamento do trabalho, da alienação do tempo livre e do lazer. Nesta mesma linha, Mascarenhas (2005, p.159) argumenta é que possível um outro projeto que supere o “mercolazer”, na busca por um “outro lazer”, que se apresente “de tal modo, como uma utopia absolutamente plausível, desde que compreendida como um projeto, ao mesmo tempo, tão perto e tão longe, um projeto de grande fôlego, dialetizado à construção de um outro projeto societário”.

Para Padilha (2000), o ser humano só pode ser livre quando se livrar das coações externas e internas, físicas e morais da sociedade capitalista, ou seja, quando romper com a lógica do capital, já que hoje o indivíduo não é mais dono de sua consciência.

Uma vida cheia de sentido em todas as esfera do ser social, dada pela omnilateralidade humana, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade (ANTUNES, 2002, p. 177).

Com isso, chegamos ao cerne de nossa questão: há diferenças no tempo livre de trabalho e na fruição do lazer dos vigilantes da Unicamp?

O que veremos à frente é a análise do tempo livre de trabalho e da fruição do lazer desses trabalhadores, atividades essas que são reflexos de nossa cultura, do processo histórico ao qual foi submetido o tempo livre de trabalho em nosso país e das condições materiais dos vigilantes da Unicamp.

O caso dos Vigilantes da Unicamp

Para iniciarmos nossa discussão específica do caso dos vigilantes da Unicamp, voltamos a trazer a ideia que balizou todo este projeto: trabalho e lazer formam um sistema em que a movimentação de um interfere diretamente sobre o outro.

A lógica colocada sobre o tempo livre de trabalho, de servir como tempo de recuperação para o trabalho, tem raízes históricas, “foi no espaço urbano industrial que o tempo de trabalho passou a ser concebido e vivenciado segundo uma divisão produzida historicamente, na qual há o tempo de trabalho – que é vendido ao patrão – e o tempo livre – que é comprado pelo trabalhador.” (SANT’ANNA, 1992, p.15). Desse modo, o tempo passou a ser comprado e vendido, colocando para o espaço e para o tempo de lazer uma característica de mercadoria, ou mesmo um negócio⁸.

Essa característica da vida moderna e a ânsia do capital de transformar tudo em mercadoria fazem com que diferentes condições materiais permitam diferentes formas de acesso ao tempo livre de trabalho e à fruição do lazer. Contudo, não desconsideramos que há contradições e resistências que estão presentes no cotidiano das pessoas. Só é possível tal análise a partir de uma análise do microcosmo dos trabalhadores, de seu dia-a-dia e das relações que este estabelece com o seu meio.

Encontramos em nosso trabalho de campo diferenças substanciais na remuneração mensal entre os trabalhadores servidores públicos e os terceirizados, sendo que a dos servidores públicos, em média, 45,7% mais alta do que a dos trabalhadores terceirizados como podemos ver na (Tabela 1). Ou seja, em tese há um poder de compra do servidor público maior do que do trabalhador terceirizado, realidade que pode se refletir no tempo livre de trabalho.

⁸ Durante o processo de industrialização no Brasil, “mais do que um mal a ser extirpado da sociedade, o ócio, entendido em quanto vício, imoralidade e desmedida, parece ter servido como um suporte que justificava e qualificava o discurso em prol da produtividade e da submissão operária às leis da exploração do capital.” (SANT’ANNA, 1992, P. 24). Sendo assim, não só o ócio era usurpado da classe trabalhador, mas também, o tempo livre passa a ser controlado e transformado em um negócio.

Tabela 1. Comparação da Remuneração Mensal.

Comparação da Remuneração Mensal entre as duas formas de contratação.		
	Servidores Públicos	Terceirizados
Média	R\$ 2.315,64	R\$ 1.256,01
Máximo	R\$ 2.600,00	R\$ 1.500,00
Mínimo	R\$ 2.000,00	R\$ 1.188,00

Outro elemento que conseguimos observar com os dados obtidos foi a grande discrepância das horas trabalhadas. Os trabalhadores terceirizados, em média, trabalham vinte horas a mais por semana do que os servidores públicos como podemos ver-nos (Gráficos 1 e 2) e nas (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2. Atividades Trabalhadores Servidores Públicos em Categorias de Análise

Trabalhadores Servidores Públicos: Atividades ao longo de sete dias.				
	Tempo de Trabalho e Transporte Trabalho	Outras Obrigações	Horas de Sono	Lazer e Tempo Livre não detalhado
Média de Horas por semana	53,0h.	30,4h.	54,3h.	30,4h.

Gráfico 1. Atividades Trabalhadores Servidores Públicos

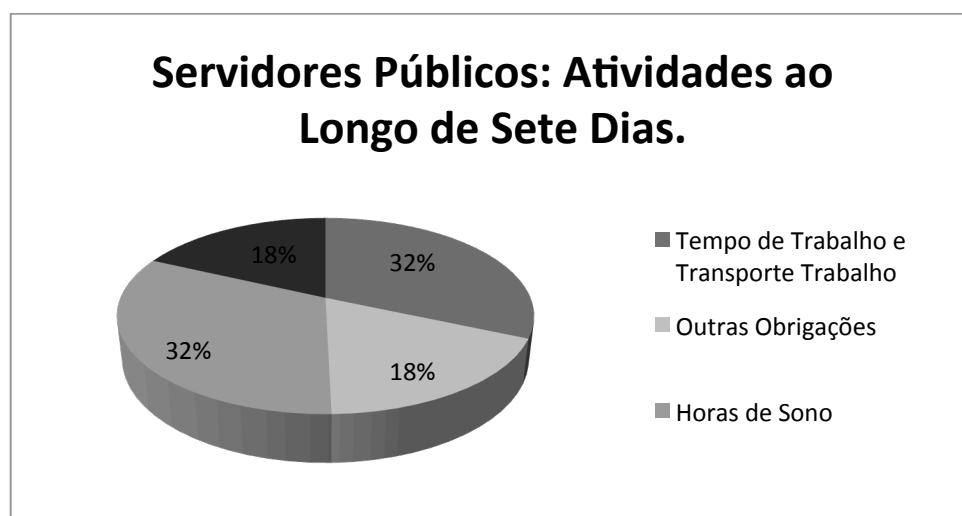
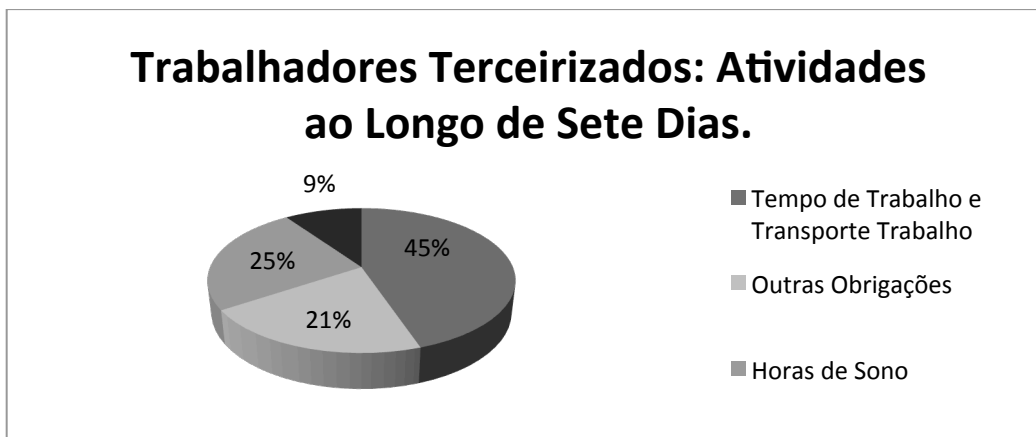


Tabela 3. Atividades dos Trabalhadores Terceirizados em Categorias de Análise

Trabalhadores Terceirizados: Atividades ao longo de sete dias.				
	Tempo de Trabalho e Transporte Trabalho	Outras Obrigações	Horas de Sono	Lazer e Tempo Livre não detalhado
Média de Horas por semana	75,3h.	35,0h.	41,5h.	16,3h.

Gráfico 2. Atividades Trabalhadores Terceirizados



A quantificação do tempo foi tratada de diferentes formas em muitas culturas, entretanto a partir da revolução industrial, segundo Thompson (1998), o tempo ganhou novos contornos, sendo o tempo a partir de então tratado como dinheiro.

Para Harvey (1993, p.189), “as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social”, dessa maneira, cada forma de sociedade tem a sua forma de lidar com o tempo.

Como o capitalismo foi (e continua a ser) um modo de produção revolucionário em que as práticas e processos materiais de reprodução social se encontram em permanente mudança, segue-se que tanto as qualidades objetivas como os significados do tempo e do espaço também se modificam (HARVEY, 1993, p. 189).

A luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, incluindo a redução da jornada e o contraponto à lógica do tempo enquanto dinheiro, sempre foi algo presente desde os primórdios da revolução industrial.

Podemos encontrar na obra de Lafargue (1980) a histórica reivindicação da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho, que se sintetizava na bandeira por oito horas de trabalho, oito horas de tempo livre e oito horas de descanso. O trecho abaixo é elucidativo no que tange o entendimento das condições de trabalho no início da revolução industrial.

E a respeito da duração do trabalho, Vilhermé observa que os forçados das prisões trabalham apenas dez horas; os escravos das Antilhas, nove horas em média, enquanto na França [...] havia manufaturas onde as jornadas de trabalho eram de 16 horas, das quais uma e meia destinada para as refeições (LAFARGUE, 1980, p.25).

Um trabalhador na França, como mostrado no trecho da obra de Lafargue (1980), trabalhava 16 horas por dia, 96 horas por semana - este é aproximadamente o número de horas trabalhadas por um número significativo de trabalhadores Funcamp da vigilância, que trabalham em mais de um emprego. Em nossa pesquisa, o número de trabalhadores Funcamp que exerce mais de uma atividade remunerada foi de 60%⁹.

As relações de tempo e espaço, como debatemos acima, sofrem alterações de acordo com o modelo societal vigente, sendo que no Capitalismo, as mudanças estão sujeitas à forma como a produção está organizada. Com a implementação do modelo toyotista, o controle sobre o tempo de trabalho atingiu níveis elevadíssimos. Segundo Alves (2000), o capital aumentou a exploração sobre o trabalhador e por consequência seu lucro, otimizando todo o tempo existente durante o processo de produção.

A velocidade do movimento da linha de montagem, a robotização e os sistemas de controle automatizados oferecem meios mais insidiosos de controle indireto, mas raramente podem ser alterados além de uma margem sem provocar protestos dos trabalhadores. Porém, apesar da resistência, a maioria das escalas de trabalho tem uma organização extremamente rígida, e a intensidade e velocidade da produção tem sido organizadas, em larga

⁹ Entre os seis questionários que não obtivemos retorno dos trabalhadores terceirizados, quatro eram de pessoas que exerciam outra atividade remunerada. Acreditamos que a intensa jornada de trabalho, desfavoreceu o preenchimento da pesquisa, já que para realizá-la, o trabalhador deveria dispor de uma parcela de tempo durante a semana.

medida, de maneira a favorecer antes o capital do que o trabalho (HARVEY, 1993, p195).

Como forma de ter o seu tempo e espaço de trabalho controlados, os vigilantes terceirizados utilizam de um instrumento de marcação de ponto, sendo constituído de um bastão e vários pontos de passagem espalhados pelo local de trabalho. Quando iniciam sua ronda, os trabalhadores têm um tempo determinado para cumprir todos os pontos, caso isso não ocorra, a supervisão fica sabendo automaticamente através de um sistema eletrônico que tem ligação com o posto de trabalho¹⁰.

Além do maior controle sobre o tempo de trabalho e de trabalharem em mais de um emprego, é comum a realização das chamadas Folgas Trabalhadas (FT), onde o trabalhador realiza horas extras de trabalho em um dia que deveria estar de folga. Em nossa pesquisa, encontramos casos de trabalhadores que por conta da FT cumpriram 36 horas seguidas de trabalho, sem contar o transporte de um local para o outro¹¹.

Quadro 1. Exercício de outra atividade remunerada

Exercício de outra atividade Remunerada¹²		
	Servidores Públicos	Terceirizados
Sim	2	12
Não	18	8

Os trabalhadores terceirizados da vigilância da Unicamp realizam mais de uma atividade remunerada, em sua maioria, por não conseguirem sobreviver com apenas um

¹⁰ Trabalhadores terceirizados que têm como posto de trabalho locais de grande extensão relataram que durante o seu turno, a cada 45 minutos de ronda conseguem se sentar por apenas 5 minutos, pois a ronda total tem que ser feita a cada 50 minutos, sendo que essa dinâmica é repetida durante 12 horas, com parada de 1 hora para alimentação.

¹¹ Os relatos de realização de FT são por conta da questão financeira, de acordo com os trabalhadores, para “conseguir fechar as contas no fim do mês”. Em um dos casos, o trabalhador realizava a FT por estar com o salário atrasado há dois meses no outro serviço, também de vigilante.

¹² O total de trabalhadores que realizam outra atividade remunerada, para cada forma de contratação, totaliza vinte, pois quando entregamos os questionários tomamos nota sobre essa prática, sendo assim, apesar de termos obtido retorno de quatorze questionários, temos esse número completo.

dos salários. A baixa remuneração desses trabalhadores é o exemplo claro do principal motivo da existência da terceirização.

A terceirização é hoje um elemento estruturador de uma nova configuração das relações de trabalho no Brasil. Ela não tem importância secundária: antes é o mais importante mecanismo da reestruturação do capital para recompor taxas de lucro, otimizar a exploração da força de trabalho e reconstruir o consentimento dos trabalhadores (POCHMAN, 2007, apud MARCELLINO, 2008, p. 02).

O número de trabalhadores terceirizados cresceu vertiginosamente em todo o Brasil, desde a década de 1990. Na Unicamp este processo teve início desde a criação da Funcamp em 1977, entretanto, até os dias de hoje há confusão entre os trabalhadores sobre o seu regime de trabalho. Pudemos constatar em nossa pesquisa, que muitos dos vigilantes terceirizados, não entendem o seu serviço como terceirização. Entretanto, para Marcellino (2008), a Funcamp opera em uma rede de subcontratação, mais difícil de ser identificada, também por estar alocada dentro de uma Universidade Pública, mas ainda assim, uma rede de subcontratação. Os dados obtidos em nossa pesquisa corroboram com esta realidade.

A terceirização ganha expressão em todo o mundo a partir do processo que debatemos no início deste trabalho, a reestruturação produtiva, que traz elementos fundamentais do toyotismo. Além das mutações no processo produtivo, com a adoção do Kanban, *Just in time*, implementação tecnológica, flexibilização da produção, entre outros, esse novo processo de produção teve como uma de suas estratégias a captura da subjetividade dos trabalhadores. Sob o toyotismo, “não é apenas o “fazer” e o “saber” operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização”. (ALVES, 2000, p.54).

Autores da área do lazer, como Mascarenhas (2004), também alertam que as alterações no sistema de metabolismo social do capital, como as elencadas acima, trazem alterações no tempo de lazer dos trabalhadores, sendo essa realidade “algo que se materializa diante do fim do Estado Social e avanço das teses Neoliberais.” (MASCARENHAS, 2004, p.75).

No plano do lazer, é importante destacar a aceleração do tempo de descartabilidade dos produtos culturais e da reprodução da mesma [...] Suas principais características, de acordo com a estrutura sócio-metabólica do capital financeiro, seriam a privatização do espaço público e a descartabilidade de produtos e pessoas (ALVES, 2006, p.36).

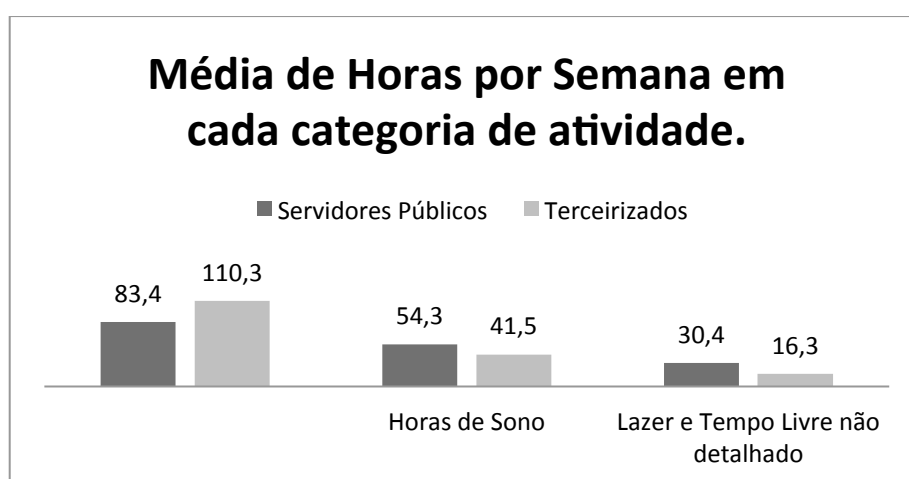
No Brasil, durante o processo de industrialização, há uma intensificação na preocupação do Estado sobre o controle do tempo livre de trabalho, como consequência disso temos a criação dos clubes operários (SANT'ANNA, 1992). Com a implementação do Neoliberalismo, o Estado se desresponsabiliza de políticas públicas de lazer, assim como das outras áreas sociais: saúde, educação, habitação, entre outras. O orçamento geral da união para o Desporto, Lazer e Cultura no ano de 2011, por exemplo, correspondeu a apenas 0,06% do total. (Brasil, 2011, Orçamento Geral da União).

Constatamos alterações no tempo livre de trabalho, em especial para os trabalhadores terceirizados. Uma das primeiras inferências é a quantidade de tempo alocado para as atividades de lazer, que entre os terceirizados é substancialmente menor (Tabela 4 e Gráfico 3), inclusive, para essa forma de contratação, encontramos relato de ausência de horas de lazer durante a semana.

Tabela 4. Média de horas por semana para cada tipo de atividade

Média de Horas por semana em cada tipo de atividade para as duas formas de contratação.			
	Tempo de Trabalho, Transporte para o Trabalho e outras obrigações.	Horas de Sono	Lazer e Tempo Livre não detalhado
Servidores Públicos	83,4h.	54,3h.	30,4h.
Terceirizados	110,3h.	41,5h.	16,3h.

Gráfico 3. Atividades dos Trabalhadores Públicos e Terceirizados em uma Semana



Apesar da grande disparidade do tempo dedicado às atividades de lazer, não encontramos diferenças no que tange à fruição do lazer, conforme podemos observar no quadro dois. Realizamos a classificação das atividades de lazer com base nas grandes categorias encontradas na literatura sobre a temática do lazer, sendo elas: interesses físicos, manuais, estéticos, intelectuais e sociais (DUMAZEDIER, 1979), turísticos (CAMARGO, 1998) e interesses virtuais (SCHWARTZ, 2003).

Quadro 2. Atividades de Lazer Relatadas para as duas formas de contratação

Relato das Atividades de Lazer.¹³	
Servidores Públicos	Terceirizados
Assistir Televisão;	Assistir Televisão;
Internet;	Internet;
Atividades com Familiares;	Atividades com Familiares;
Atividade Física;	Descanso;
Descanso;	Atividade Física;
Passeio com Cachorro;	Compras;
Jogo de Futebol.	Jogo de Futebol;
Compras;	Passeios;
Andar de Bicicleta;	Barzinho;
Literatura;	
Passeio de Carro;	

Para Mascarenhas (2004), conforme o lazer assume a condição de não-direito, “manifestando-se como objeto de conquista no mercado”, há uma clara divisão quanto à fruição do lazer. Há os indivíduos “com-lazer”, que podem pagar para ter acesso “ao primeiro mundo do lazer”, os “mais ou menos com-lazer”, divididos pela pressão do empobrecimento e “sob a influência determinada pelo mimetismo e pelo simulacro”, e na “base da pirâmide”, o ‘terceiro mundo do lazer’, dos pobres e dos miseráveis, dos ‘quase-sem’ e dos ‘sem-lazer’, os que somente têm acesso ao pouco de ‘lazer-aberto’ – geralmente, o ‘tele-lazer’ – ou aqueles que são assistidos por programas do tipo ‘lazer-solidário’ ou ‘lazer-filantrópico’.” (MASCARENHAS, 2004, p.80).

Uma prática está presente para todos os trabalhadores pesquisados, exceto para os terceirizados que não relataram tempo de lazer, o hábito de assistir televisão, que chega, nos casos mais extremos, a vinte e oito horas semanais, tanto para os servidores públicos quanto para os terceirizados. Essa característica permite, segundo Mascarenhas (2004), discutir o tempo livre de trabalho dos vigilantes aqui estudados dentro da categoria dos “sem-lazer” ou “quase sem-lazer”.

¹³ A ordem das atividades na tabela foi determinada pela incidência das atividades, da maior frequência para a menor.

A prática de assistir televisão aparece em muitos dos questionários, como: “assistir televisão com a família”. Dumazedier (1979) nos coloca que parte importante das atividades de lazer são realizadas em família, seja a conjugal ou externalizada, ou seja, os parentes dos mais diversos graus.

Observamos entre os vigilantes que têm filhos que entre as obrigações pessoais há a responsabilidade de levá-los para as mais diversas atividades, entre elas atividades de lazer, como sair com os amigos, aulas de música, ou mesmo práticas esportivas. Observamos casos de pais que levam e esperam o filho terminar a atividade, mas não a praticam, não se reconhecendo naquele papel de desfrutar da atividade de lazer.

Por fim, vale aqui ressaltar que a quantidade de horas de lazer relatadas pelos trabalhadores se passa, em sua maioria, dentro de suas próprias casas. Para Dart (2006), antes da revolução industrial, a casa também era local de trabalho. Com o avanço do Capitalismo a casa passou a ser considerada local de descanso, entretanto, com o avanço da reestruturação produtiva, a casa volta a ser considerada local de trabalho, principalmente através do “tele-trabalho”.

Considerações Finais

Nesta pesquisa estudamos questões pertinentes à reestruturação produtiva e a seus impactos para a classe trabalhadora, em especial no seu tempo livre de trabalho e na fruição do lazer. A teoria sobre terceirização nos mostra como essa forma de contratação se relaciona com a perda dos direitos trabalhistas, fato que conseguimos aferir. As condições de trabalho dos vigilantes terceirizados diferem dos vigilantes servidores públicos, sendo as primeiras muito mais precárias que estas.

Um aspecto que consideramos importante, mas não pudemos desenvolver nesta pesquisa foram os impactos da reestruturação produtiva também sobre as trabalhadoras mulheres terceirizadas. Segundo Nogueira (2004), as mulheres trabalhadoras são utilizadas pelo capital como forma de dismantelar cada vez mais as normas de emprego, levando à precarização cada vez maior para toda a classe trabalhadora. Sendo assim, entender qual a relação da fruição do lazer das mulheres trabalhadoras, tendo em vista, que segundo Nogueira (2004), a dupla jornada de trabalho – trabalho remunerado mais trabalho doméstico sem remuneração – é uma realidade de muitas mulheres, pode nos trazer elementos importantes para a compreensão da fruição do lazer na sociedade toyotizada.

A comparação da jornada de trabalho entre os servidores públicos e os terceirizados apresenta grande disparidade. A menor remuneração dos terceirizados – em média 45,7% a menos – traz a necessidade de complementação de renda. Assim, ao final, os trabalhadores terceirizados chegam a trabalhar até 96 horas por semana.

Como discutimos desde o início deste trabalho, a intrínseca relação entre o tempo de trabalho e tempo livre de trabalho faz com que uma intensa jornada reflita em um tempo consideravelmente menor disponível para este último. Conseguimos observar essa afirmação a partir do Gráfico três, que nos mostra que o tempo de lazer dos trabalhadores terceirizados é em média quase metade dos servidores públicos estatutários: os primeiros têm em média 16,3 horas por semana, enquanto os segundos têm 30,4 horas.

Apesar de o tempo destinado ser diferente, as atividades de lazer em si não apresentaram diferenças substanciais, sendo qualitativamente parecidas entre as duas formas de contratação, prevalecendo a prática do “tele-lazer”.

A discussão levantada por diversos autores, dentre eles Antunes, Mascarenhas, Padilha, nos ajudam a pensar como o processo de retirada de direitos e a ofensiva ideológica do capital atingem a classe trabalhadora como um todo, tanto a relação com o tempo de trabalho, como a relação com o tempo livre de trabalho sofrem mudanças substanciais, inclusive, como afirma Alves (2000), há um ganho por parte do capital da subjetividade do trabalhador para a sua lógica.

Por fim, por se tratar de um tema ainda pouco estudado e nosso trabalho ser uma análise inicial, acreditamos serem necessárias análises mais profundas sobre os impactos da reestruturação produtiva sobre o tempo de lazer da classe trabalhadora e quais os impactos da intensa jornada de trabalho dos trabalhadores terceirizados sobre as atividades de lazer.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O Novo e Precário Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: PADILHA, Valquíria (Org.). **Dialética do Lazer**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BERNARDO, João. **Reestruturação Capitalista e os Desafios para os Sindicatos**. Lisboa: Mimeo, 1996.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Educação para o Lazer**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

CHAUÍ, M. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 1999.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (Coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DART, John. Home-based Work and Leisure Spaces: Settee or Work-Station? **Leisure Studies**, v. 25, n.3, p. 13-328, 2006.

DE GRAZIA, S. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid: Tecnos, 1966.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FUNCAMP. **Relatório de Atividades 2012**. (Fundação de Desenvolvimento da Unicamp)2012. Disponível em <http://www.funcamp.unicamp.br/upload/relat_atividades/RA_2012.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HUNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, Tempo livre e emancipação humana: Os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer**. 2008. 295 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Kairós, 1980.

MARCASSA, L. As faces do lazer: categorias necessárias à sua compreensão. In: *CONBRACE*, 13, 2003, Caxambu. **Anais...Caxambu**, 2003.

MARCELINO, Paula. **Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil**. 1998. 401 f. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e Utopia: Limites e Possibilidades da Ação Política. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.11, n. 3, p.155-182, setembro/outubro de 2005.

_____. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.10, n.2, maio/agosto de 2004.

_____. **Lazer Como Prática de Liberdade**. Goiania: Editora Ufg, 2003.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Feminização do Mundo do Trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.

PADILHA, Valquíria. Trabalho e Gestão de Pessoas: O que o Lazer tem a ver com isso? In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e Sociedade: Múltiplas Relações**. Campinas: Editora Alínea, p. 27-43, 2008.

_____. O Lazer Contemporâneo: Ensaio de Filosofia Social. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.147-166, maio/agosto de 2004.

_____. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER, Ademir e DACOSTA, Lamartine Pereira (Org.). **Lazer e Trabalho – Um único ou múltiplos olhares?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 243-266, 2003.

_____. **Tempo Livre e Capitalismo: Um par Imperfeito**. Campinas: Editora Alínea, 2000.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do Trabalho no Século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SANT'ANNA, Denize Bernuzzi de. **O Prazer Justificado História e Lazer (São Paulo, 1969/1979)**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

SCHWARTZ, G. M. **O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier**. Licere, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.

SZALAI, A. **The use of time: daily activities of urban and suburban populations in twelve countries**. The Hague: Paris, Mouton & Co. 1972.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas 1987.

UNINCAMP. **Anuário Estatístico da Unicamp - 2012**, Base 2011. Disponível em <<http://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2012/anuario2012.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

Endereço das Autores:

Bruno Modesto Silvestre
Endereço Eletrônico: modesto.b@gmail.com

Silvia Cristina Franco Amaral
Rua Doze, 424-Residencial Paineiras
CEP: 13140-000 – Paulínia – SP
Endereço Eletrônico: scfa@unicamp.br